

**"A Justiça é como a luz das manhãs,
que se ofuscada pelas brumas, esgarça
a névoa e aflora na glória de sua
eternidade".**



**Discurso proferido pelo Dr. Paulo
Herban Maciel Jacob, no dia 11 de
novembro de 1964, ao tomar posse no
cargo de desembargador do Tribunal de
Justiça do Estado do Amazonas.**

66C-39592

-3829-

EDITADO PELO GOVÉRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

"A Justiça é como a luz das manhãs,
que se ofuscada pelas brumas, esgarça
a névoa e aflora na glória de sua
eternidade".



Discurso proferido pelo Dr. Paulo
Herban Maciel Jacob, no dia 11 de
novembro de 1964, ao tomar posse no
cargo de desembargador do Tribunal de
Justiça do Estado do Amazonas.

AnnM
0381

"Não sei como comece, não sei o que posso dizer nesta sublime hora de emoções, ao ingressar temeroso e hesitante nesta casa, receioso da imensurável responsabilidade que me foi confiada. Subo a esta excelsa Côrte magnetizado de deslumbramento, carregando nas vibrações emotivas, a mesma inflexível deliberação, o ardente desejo de só fazer justiça, de quando ainda vestia a surrada toga de arminho de juiz, marcada pelo tempo.

No passo final de minha carreira judicante, não me deixarei embevecer nas ilusórias sombras da vaidade, do orgulho malsão que avilta o homem nas alturas das funções, para deixá-lo cair na sua insignificância de ser, no rolar dos mundos, na magnificência de suas belezas criadas e dirigidas pelo soberano da fôrça, da inteligência e do saber.

Guiando meus passos, igual quero ser a todos, para melhor servir. Maior que muitos na pertinaz vontade, na ambição descomedida de mais justo ser, servir à Justiça. a mim servindo na tranqüilidade da consciência. Erguer-me diante de mim, medir-me pela dignidade das minhas decisões, repreender-me pelos erros praticados, por ser o menos a conhecer, por pouco distinguir essa ciência sabedoria do equilíbrio dos povos e das nações, que eleva o homem a defrontar seus semelhantes, marcando seus atos no coração das sociedades.

O olhar obediente às regras morais é o dever, no cargo, a obrigação da lisura, o desejo de honrá-lo sem medir os tropeços do caminho, o tamanho da distância. Esta

nobilitante função, crivada do enxovalho pela opinião pública, tem algo de sublime, um quase divino, um quase senhor, uma partícula maior de Deus, porque se encarga na missão de a outros julgar, para também sermos julgados pelas nossas ações nesta casa.

A honra a mim conferida nesta oportunidade, que se confunde pelo tamanho ao rasgo do relâmpago, a estilhaçar pedaços de luz nos céus incomensuráveis da pátria, devorando ilusões e belezas tantas, devo-a ao insigne governante de meu Estado, êste inconfundível César de alma romana na altivez de seus atos, no seu querer sem interferências, de passado e presente esmerado, a conduzir nas investidas de homem público, aquêlê admirável e sacrossanto orgulho da velha Roma, da soberana Grécia, que brechando os séculos trouxeram ao presente a inapagável luzerna da honra, do bem e do saber. Se êste govêrno confunde o presente pelas lições de honradez, que a muitos admira, a mim não surpreende, porque tive o prazer de agasalhar-me entre seus mais humildes discípulos, o que menos aprendeu talvez no fulgurante **aperto libro** de seus eruditos conhecimentos.

E esta bênção que se derrama, em distinguir-me o Senhor Governador Arthur César Ferreira Reis, para o exercício árduo desta missão, esvoaça-me o espírito não desmerecê-la, fazendo desta cátedra o sacrário da moralidade, o santuário das orações jurídicas, nada importando que se rompam as paredes dêste templo, às vibrações do eco daqueles que se viciaram ao vêzo de ver Temis de olhos sempre abertos, ofuscando direitos frestados de luz, tiranizando a verdade, a clarear mentiras em resguardo de seus próprios interesses.

Aqui me comportarei dentre o menor dos menores servidores das letras jurídicas, buscando sempre a verdade, negando a mentira, ao ensejo da perfeição da aplicabilidade da lei, que se bem às vêzes não se pode divisar a sol

meridiano, indo indagar-se a sua literal interpretação no abismo profundo da ciência do direito.

Para tudo, hei de confiar na minha primeira escola, onde aprendi a honrar os outros para honrar-me a mim mesmo, ainda nos andejos da comunhão familiar, na harmonia sagrada entre irmãos e progenitores. E a quem devo êsses primevos engatinhos na distinção do bem e do mal, do certo, do justo e do injusto? A forma mais rudimentar de Justiça, que é aquela que brota na flor de carinho alvacentas do lírio, no lar, com esta velha mãe a conduzir-me. A ela, além do fenômeno biológico da criação que me resultou em ser, tôda importância da minha existência, da minha carreira, na sinceridade de seus sábios conselhos, nos seus exemplos dignificantes, na sua vontade indômita de fornecer aos filhos a herança do saber, de educá-los embora com o sacrifício de sua própria subsistência.

Venceste, minha velha e lutadora mãe. Se teus cabelos branquejaram pelo garoar do tempo, nenhum dêles, poderás ter certeza, jamais se tingirá porque teu filho te envergonha, deu a alguém o que não lhe pertencia por direito, às acomodações de pedidos, a recair no êrro pelo desejo de favorecer amigos. Não, certeza podes ter, por isso não terás o brilho alvar de mais algumas cãs a enobrecer tua honrada cabeça.

Das preterições, das injustiças sofridas, uma história. Guardei-a para um dia na alma revôlta, vontade tenho de revelar, quero dizer, preciso contar, é uma necessidade das muitas que me retenho confessar a todos.

Lembro-me ainda, os anos não conseguiram apagar, palavras de um quase moribundo, o segrêdo hoje a revelar. Era um velho desembargador aposentado, um daqueles que chegara ao final da carreira no final de seus dias, injustiçado, carcomido pelos anos, trazendo na compostura

o devotamento de um verdadeiro magistrado. Teve oportunidade de receber a visita de um dos luminares desta Côrte, perguntando a êste quem seriam os prováveis escolhidos para compor uma lista tríplice de merecimento. O interessado citou três nomes beneficiados por uma futura escolha. Então o velho magistrado, respirando profundo seus derradeiros instantes, "e o fulano"? a mim se referindo. Obteve a resposta trivial: "não tem serenidade para ser desembargador".

Meditei ao saber da ocorrência. Perdi momentos angustiosos, a examinar se erros ou deslizes havia praticado na árdua profissão de ministrar Justiça. Exculpava-me a consciência, nada me acusava de cincas ou vergonhas na cumprimento do dever. Dêle talvez, de mim nunca. Escorregões falsos, arminhos da toga cinzados, talvez a êle coubesse, porque por algo desabonador não mais se encontra nesta casa.

Pensei depois a revolver passado, assestei a memória naqueles idos, sem me acusar, sem me condenar de nada. Então, mirando e remirando tudo, aportei a esta triste realidade. A tal serenidade cantante da palavra de um dos componentes desta Côrte, eu não a terei jamais. Era o recalque da subserviência, a submissão estrábica ao querer dos superiores, dos julgamentos de conluios nos corredores, de conversas baixas nos amplos salões dêste Paço das leis. Justiça cega que os olhos teriam que fazer acordados, a atirar direitos nos entulhos, esquecidos do essencial dever do magistrado, olhar os cidadãos indiferentes, nivelá-los para julgar.

Daí o quase recuo em permanecer no cargo de juiz, sabendo desde então o quanto seria difícil galgar o mais alto cimo da função judicante, com altivez de propósitos, sem o não curvar-me a êles ou a alguém por êles, ou

mutilar a mão à vontade assassina de errar querendo, aplicando as leis mascaradas de legalidade.

Mas, aqui estou no altíssimo pôsto de desembargador, a repetir sempre, o eco a percutir em choque nos fortificados muros dêste areópago, não aceitando, não admitindo, repudiando até a decantada serenidade de que se fala. Serei hoje o que fui ontem, não me conseguirão calar em defesa do bem, do justo e do verdadeiro.

Como cheguei, eis o destino, se embaraçados eram os caminhos de calça, turbilhonados pelas objeções mais poderosas, aos tropeços, para antes pisar aqui, ainda não inutilizado e corroído pelos anos, já às portas da eternidade?

Quando se ergue da lama a oxigenação dos princípios morais, quando os céus da pátria iluminam límpidas manhãs de sol candente, a devassar a escuridão cavernosa das falcatruas oficializadas, com os ventos bonançosos se agitando a bater nas mãos sacrílegas dos sugadores do erário da Nação.

E' exatamente nesta hora que transponho os umbrais dêste templo, tesouro de sabedoria, monumento da ciência do direito. Diante de mim se descortinam e resplandecem poentes azulados, a contemplar extático a imensa responsabilidade, ao trocar as vestes de juiz pela de componente desta egrégia assembléia de pretores.

Cheguei como caminhante, entrei neste augusto Paço a titubear, na timidez de todo forasteiro. Diante de mim gerações que passam, de louvados juízes que souberam pontificar a investidura do elevado cargo, nobres pesquisadores das filigranas dessa ciência sintonia fiel das sociedades, escavando no labirinto desta incógnita o equilíbrio das famílias, a evoluar-se nas construções dos séculos, dos usos e costumes, das regras moralizadoras, dos choques das próprias revoluções, nascente imperecível da disciplina social.

Aqui, a férrea estrutura em que se assenta a harmonia equilibradora dos Estados, o cadinho do físico, as combinações químicas do laboratório dos sábios, a busca nos cumes desconhecidos das soluções reconciliadoras dos entrechoques sociais.

Senhores desembargadores, comungo agora da igualdade de condições de Vossas Excelências. Que honra tanta para quem tão pouco merece entrever-se nesta corola argentina de tantos, maior saber. Sòmente a quem me curvo para saudar os augustos sábios, os eminentes templários desta casa.

Descerraram as portas, ninguém as fechou. Penetrei sob censuras a quem as deixou tão fácil ao meu acesso. Perdoem o intruso, que êle jamais os envergonhará. Relevem a falta de quem as escancarou, dando oportunidade a um colega de ofuscar-se ao brilho de sol de seus convívios.

Não há porque se fomentar receios, se trago na alma a humildade do escravo, também conduzo na vontade a soberbia do senhor, a não vergar-me nunca às imposições contrárias a soberania das leis.

Senhores, acabamos de chegar de tortuosos caminhos erradios e necessidade há de soerguer a Pátria dos insanos desvairios das torpezas, precisamos ajudar a despir a assoção que pairava no ar lodoso dos mais íngremes recessos das fronteiras nacionais. Tivemos uma eclosão revolucionária, com o propósito de plantar a semente da melhoria dos costumes, ressalvar a comunidade brasileira do vício desprezível dos males da corrupção. Estávamos encharcados no vírus das podridões. Do lôdo o nascer da esperança. A flor delicada com as pétalas salpicadas de argila, desabrocha sob os efeitos sadios do orvalho das madrugadas, **virtus lucet in tenebris.**

Devastada a Nação pela horda da politicalha malsã, a destruir a boa **norma vivendi**, restaura-se o equilíbrio contra a desordem maldita calcinada no vício. Ecoa a virtude da harmonia das leis, e o direito clareado pela fôrça, por indispensável ao ajuste da ordem e da Justiça, é imprescindível em cada momento da vida de um povo

Com esta alvorada oceânica de luz, **etiam periere reunaee**, brotada do movimento renovador da honra nacional, buscando no marasmo, escavando da solitária inepta dos desgovernos, o arranco da recuperação, a extirpar na caminhada salvadora as injunções políticas, assentando a ordem pública, a ordem jurídica, a rasgar as pedregosas veredas do flagelo, na firmeza de pôr a Nação à égide da estabilidade da ordem e do progresso.

Que se diga gerado do império da fôrça, no tinir das armas, e nós o escudo da liberdade, não se poderá negar o direito de cada época, se êste aflora do bem, da beleza, da honradez, da imprescindível necessidade recuperadora da moral das instituições administrativas. O que nos cabe é corrigir diminutos erros, pequenas injustiças se as houve. em todo êste burilar da dignidade que se ergue.

Não vamos longe para encontrar o nosso acêrto, ai está Ortolan para falar: "Os costumes da nação, seus movimentos, suas guerras, seu nascimento, sua civilização. são outras tantas causas que modificam o direito do que ela se serve".

Apagando-se a moral, viria o eclodir da supressão da existência social. Tornava-se indispensável um movimento para reconquistá-la pelo poder da fôrça.

E' isto que podemos afirmar, é Silvio Romero que nos ensina, seguindo a trilha acertada de Ihering, "direito é o complexo das condições, criadas pelo espírito das várias

épocas, que servem para, limitando o conflito das liberdades, tornar possível a co-existência social”.

Tudo porque, se “não estivesse o homem sujeito à lei moral e em rigor não poderia haver leis positivas, nem tribunais, nem direito algum”.

Atravessávamos o ciclônico abismo do desrespeito, da desordem organizada, repartições anuladas pela vileza da politicalha, assembléias que negociavam o poder outorgado pelo povo a troca de vantagens ilícitas. Tribunais silenciosos que serviam exclusivamente à ordem dos governantes, eleições engendradas na fraude e na corrupção, tudo se amotinando contra o império da lei.

Agitavam-se as confabulações indecorosas, a ordem legal escrava dos governos, das maiorias políticas, o direito negado ao povo para servir aos detentores dos poderes. Juizes servis que prevaricavam impunes abrigados na vitaliciedade das togas, fazendo vencer nas urnas os vencidos no voto; deputados acoitados nas imunidades parlamentares a serviço do crime, manchando a honra nacional; governantes que corroíam o erário, a incrementar a miséria, subtraindo o dinheiro do povo arrecadado pelo fisco.

Do aço e do ferro das armas a auréola diamantina, a solevar escombros onde se escondia a dignidade, o saber e a Justiça, quando antes brilhava a desonra, a ignorância e a iniquidade a baixo preço.

Era o estalo da ordem jurídica política administrativa, que a imperiosa necessidade para coibi-lo, transformou numa arrancada patriótica, sob os efeitos amenos dos ventos da reação renovadora, a cindir a tão gritante situação avassaladora que atravessava o país, chegando-se até, por impossível que pareça, a destruir o brio e a virilidade da juventude, anular aquêles que tanto serviram no passado nas sangrentas lutas pela independência da pátria.

Chegou-se ao extremo em que era indispensável extirpar o câncer, polir o bem, lavar o mal, alvacentar a nódoa, elevar o brio desta terra arruinada e perdida no cataclismo da imoralidade. Porque se mais se permitisse, ainda por dias se fôsse tanto, o azulante globo do vexilo símbolo nacional, transmutar-se-ia em lua-nova na bocarra insana dos apátridas corrompidos.

Senhores, a quem a maior culpabilidade por esta situação desastrosa da inversão da legalidade e de nossos costumes? A quem atribuir a maior parcela do êrro a que chegamos?

Aquêles a quem cabia o precípuo dever de neutralizar as explosões das garantias sociais, associaram-se à cáfila errante conspurcadora da lei, habituados a merecerem favores dos poderes, negociavam o direito, a segurança de seus jurisdicionados.

Se muitos pelo país afora escaparam dêsse opróbrio, o mais, o muito, uns pela covardia outros pela subserviência, pelas graças recebidas, entregou-se servil ao govêrno dos governos.

Aos que se resguardaram dessa vileza, as minhas homenagens e por certo as homenagens desta casa. Os verdadeiros guieiros da luz da liberdade e da Justiça, que se não esconderam na sombra pecaminosa do mêdo, reagiram em defesa da garantia do respeito das vestes talares de seus postos, impondo-se à ordem escrava dos maiores.

Vossas Excelências não de me conferir o perdão pela sinceridade e não os quero atingir com estas palavras, mas a anarquia que impôs a insurreição — aí a dolorosa verdade — devemos ao titubear cobarde da Justiça do país.

Da obrigatòriedade de "dar a cada um o que é seu", a inércia maldita, o recuo temeroso, as tergiversações, o

desregramento do afilhadismo, do favor, ouvidos mudos que o **jus non inflecti gratia potest**.

Em tudo e por tudo o sacrifício da regra salvadora, porque te dou o que te posso dar como cidadão, o que a mim pertence. Nego-te presentear Justiça, porque com ela não nos é dado fazer dádiva, por pertencer ao Estado, ao seu povo e à sua comunidade, não sendo possível sacrificar muitos por tão poucos.

Não é lei aquela que se dita aos ajustes antecipados das maiorias dos Tribunais, por injunções políticas, à pressão dos outros poderes. Nossa missão não é dela servir-nos, mas servi-la, rebuscando para isso o intrincado das provas, para ditar a escoreita e serena forma do direito, aquele que se afeiçoa às normas sanificadoras do congracamento da comunhão nacional. A má aplicação do direito é a aberração do óvulo pecador gerando injustiças, a aviltar juízes, a tisonar a sapiência de seus aplicadores, baqueando as raças, escravizando povos, abandonando os cidadãos ao injusto destino nas mãos dos poderosos, a negar-lhe a segurança que a carta constitucional manda respeitar.

Se estamos num desses momentos hesitantes, com uma revolução que teve o êxito de ressalvar a honra da Nação, de tratar feridas, de curar podridões, de extirpar o seminário do vício, haveremos de honrar mais e mais o manto venerável de Temis, segui-la na caminhada renovadora dos novos horizontes clareados de sóis, com as portas abertas para o início de uma nova vida de honradez para a nação.

Justiça não é aquela que se nutre na maldade do erro, que se implanta à vontade dos fortes, que se entrega à cegueira dos soberanos. É a luz que se derrama do brilho da mais alta e esfuzilante das estrêlas, a rutilar

clarões na imensidão incomensurável do espaço, a colorir límpidas alvoradas, flor que há de brotar mesmo entre os pedrouços, e não a que germina no negrume dos abismos aos efeitos malignos do enfermigo servilismo.

Senhores, o estridor proceloso de vícios que tragava a nação, desmoronado agora pela revolução que passa, muito, o todo talvez, se deve ao declínio visível da Justiça, quando nela é que se devia divisar o elo da esperança, o esteio harmônico das sociedades, o ajuste dos desentendimentos sociais, o refreio dos entrechoques entre poucos ou entre muitos, silenciou ao desvairo maldito.

Falha a Justiça falham os povos, dominam os aproveitadores da desordem, germina a desarmonia, pululam os interesses escusos, e foi daí o rasgo a romper os grilhões da segurança nacional. Era preciso refrear os desatinos, repor o equilíbrio pela energia das armas, e a nós a grandeza da maior tarefa, manter êsses princípios morais, armado no dignificante exemplo de nossos soldados, como fiel garantia da própria subsistência do Poder Judiciário.

Gloriosas e florescentes civilizações recobertas pelos solavancos dos séculos, sucumbiram aos efeitos maléficos do esmagamento da justiça, nos desvairas das ambições de seus soberanos.

Hoje é o presente cobrindo as ruínas do orgulhoso Egito, soterrado pelo cataclismo dos séculos nas areias do deserto. Restam para contar-lhe a história os escombros de suas colossais pirâmides, seus templos e seus sarcófagos afogados no ouro. Mortos, os simuns do deserto sepultando tudo, os motivos da decadência desaparecendo das gravuras esculpidas no arenito das construções, marcando sua época de glória, comandando os povos mediterrâneos.

Desapareceu Cartago com seu grande império e arrogante exército, a Fenícia com sua potência marítima, a magnificente Babilônia com suas colossais edificações. Assíria e Pérsia, tudo se desarmou pela força do tempo, nas lutas de conquista ao fragor das ambições, esquecidos que os povos se conhecem pela sua justiça.

Que é da Grécia que ensinou ao mundo a beleza do saber na voz de seus filósofos ?

Destruíram o colosso, ficaram os marcos das ruínas que atravessaram eras e a grandeza de seus conhecimentos.

Que foi de Roma a alteza do mundo ocidental da antiguidade ?

Pereceu nos solavancos de seu pomposo orgulho, transmutado em ódios e ambições descomedidas, na orgia de seus imperadores, na decadência de sua resplandecente justiça, relegada para cumprir-se melhor a vontade dos soberanos.

Que é de teus sapientes juriconsultos que lecionaram o mundo, de tuas belas instituições, de tua ciência e arte, de teus deuses ?

Sucumbiram com tua arrogância, morreram com os servos, com teus monumentos pomposos erguidos nos cadáveres da escravidão dos povos conquistados.

No presente, só a história te lembra as glórias, exalta a vaidade de tua raça, o orgulho de teus generais que morriam pela pátria, que se sacrificavam pelos soberanos, porque Roma era digna de governar o mundo antigo. **Roma locuta, causa finita.**

Mas se as nuvens seculares soterraram as tuas ruínas, a argamassa e as pedras das tuas cidades, redivivo ainda retalhos valorosos de tua estrutura política, insepultos teus

vivos pensamentos, tuas eruditas lições jurídicas suspenderam escombros, o mundo moderno te copia os sábios ensinamentos, que se eternizaram no tempo e no espaço.

Esqueçamos o passado, exalte-se o presente. Do negrume das noites se escancaram novos roteiros, novos sóis que hão de iluminar perene os gigantes passos da Justiça brasileira.

Senhores desembargadores, agradeço a receptividade de seus convívios, as palavras beneméritas do representante dêste areópago ao acolher-me. Mas não é tudo se não me souber conduzir adotando as boas regras da equidade, do bom e do justo.

Esgarçadas as neblinas malfazejas dos céus da pátria, emergindo-a do lôdo, cresce a luz da fama, da glória, da honra nacional. Ergue-se a nobreza, o nascente com êste clarão da ordem e dos bons costumes, acorda a nação ao reflexo das arestas sanificadoras da clarinada militar. Devemos acompanhá-la, limpar o átrio dos juízes que envergonham a nossa corporação, aquêles que aplicam a lei sonegando direito, com o remendo espúrio do proteccionismo e ao pêso de outras cousas mais vergonhosas.

Minhas Senhoras, senhores, os triunfos desta hora eu os oferto à minha pátria; o compromisso solene do dever de fazer justiça, dedico-o, e não poderia deixar de sê-lo, à minha mãe. Mas todo o esforço da minha inteligência será para não decepcionar a quem me confiou esta missão, ajudando o clarão dêste país que se eleva com orgulho, a romper as fronteiras, aureolado não só pela imensidão de seu território, mas pelas suas leis, a bravura de seus juízes, a lisura das decisões dos Tribunais, a grandeza de sua Justiça.

Se tudo se apaga sem deixar vestígio, há sempre a perenidade da Justiça. Sucumbiram povos, extinguiram-se

raças, modificaram-se crenças, hoje há deuses esquecidos, mas a Justiça aflora da eternidade, atravessa mares, resiste aos ciclones das guerras, emerge das camadas dos séculos, claudica em certos momentos, depois retoma seu verdadeiro trono. Ninguém a destrona, ninguém seria capaz de apagá-la, se surge um tirano que a quer desmerecer e ofuscar, elimina-se no próprio êrro, e ela um dia virá brotando orvalhada de sangue, gotejada de lágrimas, soerguendo-se da lápide em que se quis sepultá-la.

A Justiça é como a luz das manhãs, que se ofuscada pelas brumas, esgarça a névoa e aflora na glória de sua eternidade”.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com